

# Revolta no Oriente Médio e revolução capitalista

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

O povo do Oriente Médio afinal se revoltou contra as muitas ditaduras existentes na região, quase todas de direita, corruptas e apoiadas pelas potências ocidentais. Uma revolta das massas, sem liderança na maioria dos casos; uma rebelião moderna na qual os telefones celulares e a internet estão desempenhando um papel crucial. Uma revolta que lembra muito a revolução da Europa Oriental contra a União Soviética e os regimes títeres no poder. Agora o império são as potências ocidentais – “Ocidente” – enquanto que os povos em revolta são países mais pobres do que os da Europa, e seus governantes além de autoritários são corruptos. Quando o povo se revoltou na Europa Oriental, os regimes comunistas caíram um após o outro quase sem resistência, como um baralho de cartas. Agora, o processo está sendo mais demorado, porque a resistência das ditaduras é maior, e porque a nação de cada um dos povos que se revoltam é menos coesa e menos bem definida do que as nações da Europa Oriental. E porque o Ocidente reunido na NATO não está em colapso, está apenas em crise, enquanto que no caso do Império Soviético o regime estatista na Rússia estava se desmanchando devido a incapacidade de se renovar no plano econômico.

A revolta no Oriente Médio já levou à queda do governo na Tunísia e no Egito. A decisão dos militares de, primeiro, não reprimir as manifestações populares, e, depois, de derrubar o ditador foi decisiva nos dois casos. Quando escrevo este artigo, no início de março de 2011, ainda não se sabe que rumo tomarão essas rebeliões, mesmo as da Tunísia e do Egito, e se poderão transformar-se em revoluções. Na Líbia, transformou-se em guerra civil. A indignação popular é muito forte. Conforme assinalou Reginaldo Nasser (2011), o “Dia da Fúria” em Benghazi, a segunda cidade da Líbia, “reuniu de forma inédita chefes tribais, profissionais liberais, estudantes, religiosos e oficiais aposentados do Exército” Qual a lógica dessas revoltas? Até que ponto se transformarão realmente em revoluções? O que poderia resultar de bom para os povos desses países?

Para responder a essas questões precisamos de uma teoria – de uma filosofia da história – alternativa àquela que está sendo usada pelos analistas vulgares e as potências imperiais. A lógica que está por trás da grande maioria das análises é simples: esses países podem e devem se tornar democráticos. Esta transição ocorreu nos países hoje ricos, e é isto o que deve acontecer no Oriente Médio. Esta lógica pode ser atrativa, mas simplista: a democracia liberal é uma democracia de elites; e é pouco realista supor que países pobres possam primeiro fazer sua transição para a democracia e, em seguida, realizar sua revolução nacional e industrial e se desenvolverem.

### **O modelo da revolução capitalista**

Para simplificar o raciocínio é conveniente classificar os países em quatro tipos: países ricos, países de renda média ou emergentes, países pré-industriais, e países pobres. Os países ricos realizaram sua revolução capitalista no século XIX, os emergentes, no século XX, os pré-industriais estão tentando realizar sua revolução capitalista; os pobres estão ainda longe desse objetivo. A partir dessa classificação, meu modelo afirma que a democracia só se torna um regime político autêntico e consolidado quando o país já realizou sua revolução capitalista. Por isso, essa visão da história pode ser chamada de “modelo da revolução capitalista”. Antes dela um país pode transitar para a democracia devido à pressão internacional, mas a democracia resultante será limitada e instável. Quando os países hoje ricos realizaram sua transição para a democracia eles estavam em um estágio de desenvolvimento econômico e político muito mais avançado que os países pobres e os países pré-industriais. Já haviam realizado sua revolução nacional ou formado seu Estado-nação e, por isso, contavam com um Estado efetivamente autônomo, com uma ampla classe média burguesa que se revelara suficientemente poderosa para obter contra o monarca absoluto a garantia dos seus direitos civis ou liberdades liberais. Já haviam realizado sua revolução industrial, o que significava que possuíam um mercado interno amplo e que seus empresários, profissionais e trabalhadores já dispunham de um conhecimento técnico e administrativo considerável. Dados os avanços alcançados, que significavam que cada um desses países havia realizado sua revolução capitalista, as demandas de cada povo por democracia puderam se concretizar.

A democracia não foi uma doação da classe capitalista, mas só foi possível por ter sido a burguesia a primeira classe dominante que não impôs um veto absoluto à democracia. Antes do capitalismo era

impensável para a oligarquia se submeter a eleições, porque o excedente econômico que ela apropriava dependia diretamente do seu controle do Estado. Depois da revolução capitalista isto muda. O excedente passa a ser apropriado principalmente no mercado, de forma que o controle do Estado deixa de ser condição de sobrevivência da classe dominante. Assim, dada a pressão popular pelo sufrágio universal, a burguesia afinal cedeu em cada país hoje rico. Resistiu por algum tempo – no século XIX, o tempo do Estado Liberal – porque tinha medo da “ditadura da maioria”. Mas aos poucos se deu conta que nas eleições a vitória de partidos de esquerda não significaria sua expropriação, e aceitou que o direito ao voto deixasse de ser censitário, como era no Estado Liberal, e passasse a ser universal, como é próprio do Estado Democrático. Os países que realizaram sua transição democrática nesses termos passaram a ter uma democracia consolidada. Se supusermos que um país não produtor de petróleo com uma renda per capita superior a US\$ 7 mil dólares já realizou sua revolução capitalista, a probabilidade desse país voltar a ser autoritário é praticamente zero (PRZEWORSKI et al., 1999).

Com exceção da Índia, nenhum país se tornou uma democracia consolidada sem antes haver realizado sua revolução capitalista. Esta, portanto, aconteceu sempre no quadro de regimes autoritários, a partir de uma aliança de setores da oligarquia pré-capitalista com a burguesia nascente e a burocracia pública. Isto foi verdade para todos os países hoje desenvolvidos. Isto foi verdade para o Brasil, o Chile, a Turquia, a África do Sul, a Coreia do Sul. Só não foi verdade para a Índia, que é um país muito particular sob todos os pontos de vista.

Por outro lado, a revolução capitalista só se realiza ou se torna “completa” depois que o país completou sua revolução nacional ou formou seu Estado-nação. Ora, o que a história também nos conta é que a afirmação de um povo como nação sempre encontrou a oposição dos países mais ricos e mais poderosos, que sempre “chutaram a escada” dos países que buscavam seguir-lhes os passos. Friedrich List, em 1846, usou essa expressão para identificar a política que a Inglaterra usava então para impedir o desenvolvimento da Alemanha. Ha-Joon Chang (2002) escreveu um notável livro histórico mostrando como ainda hoje o mesmo processo continua a ocorrer. Como os impérios, apesar de terem desaparecido formalmente, continuam vivos. Como hoje, acrescento, uma forma imperial – o Ocidente – une os países ricos na neutralização dos países em desenvolvimento que tentam competir e convergir para seus níveis de desenvolvimento.

A estratégia imperial que o Ocidente utiliza é clássica – comum a todos os impérios. Alia-se à oligarquia corrupta local, e governa atra-

vés de governos ditatoriais ou então formalmente democráticos, ao mesmo tempo em que transmite para toda a sociedade seus valores e crenças liberais. O pressuposto é que o país dependente deve aceitar todas as ideias, todas as instituições, todas as políticas, todos os capitais, todas as mercadorias, todos os serviços que o países ricos generosamente lhe oferece. Que não há nenhum conflito de interesses entre a metrópole e a colônia. Que, se aparece algum conflito, é fruto de nacionalismo retrógrado, que merece ser reprimido.

É claro que esses países negam tal prática, mas o que foi o consenso de Washington senão uma forma de chutar a escada dos países em desenvolvimento? Entremeada com políticas econômicas sensatas, havia uma insistência na liberalização e desregulação financeira, na perda do controle de cada país sobre sua taxa de câmbio, que era definitivamente contrária aos interesses desses países. Como também era contrária a liberalização comercial que o Ocidente sempre pregou.

Entre os anos 1930 e 1980, os países que rejeitaram a liberalização comercial foram aqueles que se desenvolveram. O Brasil foi um desses países, como o México, a Coreia do Sul e Taywan. Depois dos anos 1980, os países que se desenvolveram foram aqueles que rejeitaram a desregulação financeira. Esse foi o caso, principalmente, dos dois gigantes mundiais – da Índia e da China, que desde então apresentam taxas elevadíssimas de crescimento. Enquanto que países como o Brasil, que se deixaram prender pela grande crise da dívida externa dos anos 1980 (uma crise decorrente da abertura financeira), e, por isso, fragilizados, se curvaram ao consenso de Washington, passaram a crescer a taxas muito menores.

Entretanto, o modelo que acabei de apresentar não apresenta um caminho seguro para os países pré-industriais. A democracia não é a solução evidente para eles, porque essa democracia será instável e incompleta, serão regimes autoritários que não representam garantia que a revolução capitalista ocorra. Para isso é necessário, adicionalmente, que sejam nacionalistas – que entendam que é seu dever defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais – enfrentando, sempre que necessário, os interesses multinacionais. É isto que fazem os governos dos países ricos e dos países de renda média (como o Brasil) para competir internacionalmente. Mas é preciso também que o nacionalismo seja competente, promova a revolução capitalista, e assim abra espaço para uma democracia consolidada. Que neste caso não é um meio. É o objetivo a ser alcançado. Ora, em um país pobre, não há nada nas sociedades dependentes e sem recursos educacionais que garanta esses resultados.

Nas sociedades pré-industriais, como são a maioria dos países do Oriente Médio, o quadro é um pouco melhor. Só isto explica a rebelião. Mas essas sociedades continuam dependentes e frágeis.

Em todo o processo o papel dos militares é fundamental. O exército em países pobres e em países pré-industriais não apenas detém as armas, mas é geralmente a única instituição organizada. A não ser que seus oficiais tenham sido envolvidos na corrupção das elites, o exército tende a ser nacionalista. Disciplinados, os militares se subordinam ao regime autoritário, mas quando a revolta popular explode, eles se sentem fortes para intervir. Para estabelecer uma nova ditadura? Talvez. Isto depende da força do povo transformado em nação que comandou a rebelião. Se esse povo lograr manter uma razoável coesão após a queda do ditador, isto geralmente significa que sua sociedade já está madura para a democracia, e os militares tendem a reconhecer esse fato. Mas aqui, novamente, se coloca o grande problema dos países pobres e dos países pré-industriais: sua sociedade tem dificuldade para se organizar, ganhar autonomia nacional, promover sua revolução capitalista, e, adicionalmente, dar sustentação para a democracia que almejam. Quando o exército consegue se associar à sociedade, o resultado pode vir a ser razoavelmente satisfatório para a nação. Existem, porém, duas alternativas trágicas: uma é o exército pretender se manter no poder, a outra, o exército se desmoralizar e a revolução nacionalista ser comandada por um partido islâmico que pode fazer avançar a revolução capitalista, mas a um custo alto em termos de direitos civis e políticos.

### **A tragédia dos povos pobres**

Quais dos países que hoje estão em crise no Oriente Médio já realizaram sua revolução nacional e capitalista? Nenhum. Mas não são mais países pobres; prefiro chamá-los de países pré-industriais. Muitos se beneficiam das grandes rendas originadas do petróleo, mas nenhum deles logra neutralizar a doença holandesa que aprecia sua taxa de câmbio e impede sua industrialização ou a diversificação e sofisticação tecnológica de sua economia. Já contam, principalmente, com uma classe média educada, mas são países que ainda não se industrializaram, e que se mantêm exportadores de bens primários, de turismo, e de remessas de imigrantes. São países nos quais essa classe média e os trabalhadores estão se rebelando contra muitos anos de exploração interna e internacional.

As revoluções são sempre realizadas pelo povo, mas muitas vezes ele é afinal derrotado. Faço essa afirmação pensando no que acontecerá depois das revoluções na Tunísia e no Egito, e do banho de sangue que está acontecendo na Líbia. As revoluções podem ser contra o “antigo regime” como o foram a Revolução Francesa de 1789 e a Russa de 1917, ou podem ser revoluções de união nacional, como foram as revoluções de Bismarck na Alemanha e de Garibaldi na Itália, ou podem ser revoluções de libertação nacional como foi a de Gandhi e Nehru, na Índia, e a de Mao Tse-tung, na China; e podem ser revoluções de afirmação nacional como foi a Revolução Mexicana de 1910.

Mas quando o povo é afinal vitorioso nessas revoluções? Não é fácil responder a esta questão. Nunca suas esperanças maiores são realizadas. Mas é impossível negar que o povo avançou em cada uma das revoluções que eu citei acima, exceto a soviética. Deixemos, porém, grandes revoluções de lado, e pensemos nas bem sucedidas revoluções nacionalistas nos países em desenvolvimento – como a de Kemal Ataturk, na Turquia, em 1922, ou a de Getulio Vargas, no Brasil, em 1930, e no grande número de revoluções que afinal fracassaram.

A grande tragédia dos povos pobres como são os povos do Oriente Médio que estão se revoltando é de que eles só serão vitoriosos se os novos governos forem capazes de conduzir seu país à revolução nacional e capitalista e portanto ao desenvolvimento. Mas para isto falta a esses povos uma sociedade civil forte como existe nos países ricos e nos países de renda média. No Oriente Médio, muitas revoluções de libertação ou de afirmação nacionais foram realizadas, mas poucas vingaram. Algumas foram esmagadas pelas potências imperiais, como foi o caso da revolução de Mossadegh, no Irã, em 1955, ou de Nasser, no Egito, em 1967. Outras, no extremo oposto, não vingaram porque o político ou o militar vitorioso logo se associou às potências imperiais e às elites locais corrompidas e também se corrompeu. Foi o caso, por exemplo, de Ben Ali, na Tunísia, ou de Saddam Hussein, no Iraque. Outras ainda, como é o caso da revolução na Líbia, de Khadafi, inicialmente pretenderam ser libertadoras de seu povo, e, por isso, encontraram forte oposição das potências ocidentais, mas afinal também dele se desligaram e se corromperam, sendo, então, seus dirigentes aceitos pelas potências ocidentais.

Existe solução para esta tragédia dos povos pobres? Sim, mas o caminho é difícil. Eles são fortes no momento da revolução, quando se mobilizam e, muitas vezes, se tornam heróicos, como estamos hoje vendo no Oriente Médio. Mas depois perdem coesão, e abrem espaço para a dominação das velhas elites e dos interesses estrangeiros.

É preciso que cada povo se constitua em nação e logre fazer valer sua vontade nacional, mas a pobreza e o baixo nível educacional são um obstáculo para isto. A alternativa é contar com um líder comprometido moralmente com seu povo, mas isto depende da sorte ou da fortuna – uma deusa amada, mas com a qual não podemos contar.

### **Não subestimar a justa indignação**

Desde que começaram, as revoluções por ora vitoriosas na Tunísia e no Egito deixaram em “situação embaraçosa” os Estados Unidos e a França, enquanto seus intelectuais “ficavam confusos”. Não é difícil compreender o embaraço dos grandes países. Embora façam um discurso em defesa da democracia, acusem de forma indignada dirigentes nacionalistas de países que não são democráticos mas que atendem às condições mínimas da definição de democracia, e não hesitem em apoiar movimentos de direita que tentam derrubá-los pela força, não obstante tudo isso, apoiam de forma integral governos abertamente ditatoriais e corruptos, mas que se portam de forma “amiga” em relação a seus interesses de curto prazo. Isto é verdade para os Estados Unidos e principalmente para os países em desenvolvimento, em particular a França e a Itália, cujos interesses de curto prazo estão mais em jogo.

Quanto à “confusão” de seus intelectuais, foi um artigo no *Le Monde* (06/02/11) que a acentuou, referindo-se a intelectuais de direita na França como Bernard-Henri Lévy, para quem “a situação seria muito complexa”, ou Olivier Mongin, que declara “mais vale um Ben Ali que um Bin Laden”. No fundo, diz o jornal, “a revolução iraquiana está em todas as mentes”. E, portanto, para se evitar uma possível ditadura islâmica e, portanto, nacionalista, se apoia uma ditadura corrupta e dependente.

Em primeiro lugar, não há qualquer razão de ordem democrática ou de ordem moral para essa opção. Por que uma ditadura corrupta e dependente é melhor para seu povo do que uma ditadura islâmica? Segundo, não há razão para se colocar o problema da Tunísia ou do Egito nesses termos. Existe sempre o risco de uma revolução nacionalista islâmica ao invés de uma revolução nacionalista secular, mas esse risco só aumentará e se tornará real se os países ricos insistirem em pensar em termos dessas duas alternativas radicais, e, a partir daí, continuarem a optar pela ditadura corrupta e dependente.

Egito e Tunísia já não são países estritamente pobres, mas, ao contrário de países como o Brasil ou como a Índia, ainda não realiza-

ram sua revolução capitalista, não contam com uma classe empresarial ampla, uma classe média diversificada, e um Estado capaz de defender os interesses nacionais. É disto que esses países precisam, é isto que os jovens que lideram essas duas revoluções com ajuda da internet reivindicam. Eles tiveram acesso à educação, mas a administração dependente e incapaz de suas economias não promove o desenvolvimento econômico necessário para que eles tenham empregos e salários decentes ou oportunidade de se tornarem empresários.

Estes objetivos conflitam com a lógica imperialista, que sempre foi a de se aliar às elites dependentes e aos governos corruptos das colônias. Mas será que essa é a melhor estratégia? Em relação aos países pobres, acredito que ainda dê bons resultados. Mas já vimos que os países do Oriente Médio não são mais simplesmente pobres.

A era dos impérios está terminando. Foi isso o que mostraram os países do Leste Europeu, em 1989; é isto que estão dizendo os países do Oriente Médio, em 2011. A revolução agora não é tão decisiva como foi aquela, porque os países do Oriente Médio são menos desenvolvidos, e porque os impérios do Ocidente não estão tão debilitados como estava o soviético. Mas é um equívoco subestimar a justa indignação e a determinação desses povos de alcançarem a autonomia nacional e a democracia.

### **Democracia ou revolução capitalista?**

No Oriente Médio, a revolução capitalista bem sucedida foi a revolução secularista de Mustafá Kemal Atatürk, em 1922, na Turquia, que serviu de modelo para os países que no pós-guerra se tornaram independentes. Gamal Abdel Nasser, no Egito dos anos 1950, foi a experiência mais interessante, nesse sentido, mas houve muitas outras, algumas cedo esmagadas pelas potências imperiais, como foi o caso do Irã, cujo primeiro ministro, Mohammed Mossadegh, nacionalizou a produção de petróleo, em 1953. Outras experiências foram mais duradouras, mas, igualmente fracassadas como a do partido bahatista, no Iraque, ou então sobrevivem com dificuldade, como é o caso do regime também bahatista, na Síria, e do regime militar, na Argélia. Assim, seja devido ao imperialismo, seja devido a dificuldades que qualquer revolução nacionalista enfrenta para modernizar o país, a estratégia secularista afinal fracassou no Oriente Médio. Por isso, quando, no final dos anos 1970, um movimento islâmico, no Irã, derrubou o governo corrupto e desmoralizado do xá que ali havia sido posto pelas potências ocidentais, estava sendo definido um novo modelo de revolução nacionalista – um modelo que usa a religião

para garantir a ordem interna ou a formação do Estado-nação e a coesão nacional. Como os novos governantes adotavam convicções e práticas religiosas radicais, foram identificados como fundamentalistas – e, de fato, o eram –, mas o que o Ocidente se recusou a compreender foi que essa não era e não é a característica principal dos movimentos islâmicos modernos. Estes não são movimentos religiosos, mas políticos. O objetivo não é converter os povos, mas tornar seus Estados-nação efetivamente autônomos e impor a ordem do Estado sobre a sociedade, usando para isso a religião. É, em outras palavras, estabelecer a ordem pública e realizar a revolução capitalista que as elites tradicionais corruptas associadas às grandes potências têm impedido de acontecer.

Não sabemos ainda o que resultará da rebelião dos povos do Oriente Médio. Os analistas de todas as tendências desejam que seja a democracia e temem que seja um regime islâmico. E só consideram como um resultado positivo a implantação da democracia. A única exceção a este tipo de abordagem, que vi recentemente, foi a de Paul Amar, especialista em Egito, da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, que, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, definiu a revolta “como a busca de um projeto de desenvolvimento nacional, de um capitalismo menos predador”. É claro que eu desejo que esses países se tornem nações prósperas e democráticas, mas, para seu povo, a prioridade hoje é garantir as liberdades civis ou o Estado de Direito e realizar a sua revolução nacional e capitalista. Não é, portanto, o caminho islâmico, mas não é também o doce caminho da democracia. Só depois que cada país houver realizado sua revolução capitalista e, assim, houver encontrado o caminho do desenvolvimento econômico, poderá se tornar uma democracia consolidada. Não preciso argumentar a favor do Estado de Direito. Mas por que atribuo também prioridade à revolução nacional e capitalista? Porque só a partir do momento em que uma sociedade se torna uma verdadeira nação, realiza sua revolução industrial, e, assim, completa sua transformação em uma sociedade moderna, tem ela condições de se tornar um regime democrático estável e com condições de ulterior democratização ou melhoria de qualidade. Pretender inverter a ordem histórica – implantar a democracia antes de realizar a revolução capitalista – é quase impossível. Quando o estatismo comunista entrou em colapso, os russos não compreenderam esse fato, fizeram a *perestroika* antes de organizar sua economia em termos capitalistas, e o resultado foi o desastre econômico e humano que a Rússia enfrentou, nos anos 1990, sob a orientação e o aplauso do Ocidente. Já os chineses compreenderam qual é a ordem normal da modernização, e estão experimentando um desenvolvimento econômico sem precedentes na história.

O ditador Zine el-Abidine Ben Ali estava no poder, há 23 anos; o ditador Hosni Mubarak, há 30, governava o Egito; o ditador Muamar al-Khadaffi dirige a Líbia, há 50 anos. Os dois primeiros, sempre com pleno apoio do Ocidente, que os consideram seus aliados; o terceiro, recentemente “recuperado”. Um apoio firme que permitia aos analistas de direita apresentar principalmente a Tunísia como um exemplo para os demais países árabes do Oriente Médio. Um apoio que apenas é retirado quando o regime está em seus estertores, como aconteceu nesta revolução. Na verdade, o regime tunisiano era “exemplar”, como o foram, nos anos 1990, os governos igualmente “aliados” de Carlos Menem, na Argentina, e de Bóris Yeltsin, na Rússia. Com base em um regime dessa natureza, semicolonial, não havia possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento econômico, do surgimento de uma grande classe de empresários, de uma classe média profissional competente, e de uma classe operária bem organizada. Só havia espaço para a mais deslavada corrupção em benefício da família da mulher e dos amigos do governante, além, naturalmente, de um ambiente “acolhedor” para os interesses dos países ricos.

### Referências

- AMAR, Paul. Influência da internet é exagerada, entrevista a Claudia Antunes, *Folha de S. Paulo*, 25/02/2011.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada*, São Paulo: Editora da Unesp, 2002. Edição original em inglês, 2002.
- LIST, Friedrich. *O Sistema Nacional de Economia Política*, São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Economistas. Edição original em alemão, 1846 [1986].
- NASSER, Reginaldo. Luta por recursos e fracionamento da elite explicam revolta, *Folha de S. Paulo*, 27/02/2011.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ; Michael, CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*, Cambridge: Cambridge University Press. 2000.